

RESUMO - DIREITO DO AGRONEGÓCIO E REGULAÇÃO

A CLÁUSULA DE RASTREABILIDADE TECNOLÓGICA EM CONTRATOS AGRÁRIOS: UMA PROPOSTA JURÍDICA PARA INSUMOS COM NANOTECNOLOGIA

Rhoger Gomes Costa (rhoger.adv@gmail.com)

Murilo Couto Lacerda (murilo.couto@univ.edu.br)

Fabricio Muraro Novais (fabriciomuraro@uol.com.br)

Eduardo Batista Bubolz (eduardobubolz31@gmail.com)

O uso da nanotecnologia no setor agrário tem promovido avanços significativos na eficiência produtiva e na qualidade dos insumos, contudo, tais inovações também trazem desafios de ordem regulatória e contratual, sobretudo no que se refere à segurança, à transparência e à rastreabilidade. Diante desse cenário, torna-se necessário adaptar os contratos agrários às exigências emergentes, de modo a contemplar instrumentos jurídicos que assegurem maior controle sobre o ciclo de vida dos insumos nanotecnológicos. Este estudo tem por objetivo propor a inserção de uma cláusula de rastreabilidade tecnológica em contratos agrários que envolvam insumos com base em nanotecnologia, visando garantir maior controle sobre a origem, o uso e os efeitos desses produtos na atividade agrícola. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, fundamenta-se em levantamento bibliográfico e análise documental de referenciais jurídicos e técnicos relacionados à regulamentação agrária, contratos rurais e rastreabilidade de tecnologias aplicadas ao campo. A ausência de previsões específicas nos contratos pode gerar lacunas quanto à

responsabilidade por danos, fiscalização e controle de qualidade, de modo que a cláusula de rastreabilidade surge como solução preventiva e de fortalecimento da segurança jurídica. Ao permitir o acompanhamento de informações técnicas, lotes, métodos de aplicação e resultados, tal cláusula promove maior confiança entre as partes e contribui para o equilíbrio entre inovação tecnológica e responsabilidade contratual.

Palavras-chave: nanotecnologia contratos agrários rastreabilidade.